

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARANÁ: PROCESSOS ORGANIZATIVOS DAS ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO PARA O ENFRENTAMENTO À CRISE DA COVID-19

**Marilene Zazula Beatriz, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)¹;
Marcos Vinicius Regazzo, UTFPR²; Rayane Souza Costa, UTFPR³;**

marilene.zazula@hotmail.com; regazzo.marcos@gmail.com; rayanessc@gmail.com

¹ Doutora em Psicologia Social, Professora do Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas (DAFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da UTFPR (PPGTE); ² Psicólogo, Mestrando do PPGTE; ³Arquiteta e Urbanista, Mestranda do PPGTE.

GT 8- Trabalho autogestionário e economia popular solidária: resistência, saberes e processos organizativos em tempos de pandemia

Resumo:

Nos últimos anos, a Economia Solidária no Brasil, tem sofrido fortes impactos relacionados aos retrocessos sociais, econômicos e democráticos. A pandemia da Sars-CoV-2 (Covid-19) acentuou tais efeitos e dificultou ainda mais esta organização econômica e prática social, que privilegia e depende dos encontros físicos para produzir, comercializar, trocar e consumir. Diante disto, esta pesquisa teve como objetivo identificar as dificuldades vivenciadas e as ações realizadas, juntamente com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), por nove Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, do Estado do Paraná (EAFES), que compõem o Fórum Paranaense de Economia Solidária e/ou a Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná, no enfrentamento às consequências da atual pandemia da Covid-19. Trata-se de um estudo com base em um levantamento de dados de fonte primária, que foram submetidos a análise estatística descritiva. Levantou-se informações relacionadas à oito áreas, sendo: incubação, formação, produção, comercialização, formalização, políticas públicas, logística, captação de recursos. Como resultados, pode-se observar que todas as áreas analisadas sofreram dificuldades ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação e limitações relacionadas ao acesso à internet, além disso notou-se que as áreas de logística e formalização - fundamentais para o fortalecimento e viabilidades dos EES - ainda são pouco exploradas pelas EAFES pesquisadas. Também foi possível constatar que as EAFES realizaram ações para mitigar os efeitos da pandemia junto aos EES, principalmente nas áreas de comercialização e formação, como o estímulo, divulgação e comercialização online, assim como o incentivo a participação nas formações online

Palavras-chave: economia solidária; entidades de apoio e fomento à economia solidária; Paraná; Covid-19.

INTRODUÇÃO

O atual modelo de organização do trabalho tem se caracterizado pela insegurança, pelo trabalho contingencial, pela informalidade e por outras formas de precarização. Vasconcelos (2007) aponta que tal situação se dá devido ao caráter desestruturante da globalização sobre o mercado de trabalho, em que “as unidades produtivas se tornam mais flexíveis exigindo uma força de trabalho mais polivalente, mas ao mesmo tempo geram precarização para parcela expressiva do mundo do trabalho” (p.262).

Como consequência deste processo, nota-se o aumento da pobreza e da exclusão social, que para Tavares (2013), representam um dos maiores desafios do século, dado que estas colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Dessa forma, Galvão (1999, p. 115) destaca que “a falta de perspectivas, a insegurança e o sofrimento fazem com que os trabalhadores (re)criem formas de defesa que lhes possibilitem recuperar o emprego, o salário, a dignidade”.

Dentro das possibilidades de (re)criação das formas de resgate do trabalho e da dignidade, Vasconcelos (2007) destaca a Economia Solidária (Ecosol), caracterizando-a como um conjunto de experiências assentadas na autogestão, cooperação, solidariedade e no mutualismo. Iaskio (2007) aponta que a Ecosol está vinculada a práticas de consumo, produção, comercialização e serviços, que compreendem uma pluralidade de grupos resultantes da união voluntária de pessoas que se estabelecem em cooperativas, associações, ou coletivos informais, que podem ser reconhecidos como empreendimentos econômicos solidários (EES).

Singer (1998) ressalta que, a Ecosol representa um novo modo de produção que se opõe a uma formação histórica e social hegemonicamente capitalista, ou seja, trata-se de um modo de produção que convive com o capitalismo, porém possui princípios próprios e divergentes.¹ Sendo assim, a Ecosol enfrenta desafios de consolidação e sobrevivência no mercado convencional, como “a difusão do consumo solidário; a logística de distribuição; os fundos para reinvestimentos; o mapeamento; a diversificação e qualificação dos produtos e a capacitação técnica” (MANCE, 2003).

Para Fronza; Schiochet; Lacerda e Roda (2020), os desafios enfrentados pela Ecosol foram agravados pela pandemia da Sars-CoV-2 (Covid-19, novo coronavírus), uma vez

¹ É importante entender a Ecosol para além das experiências com vistas a ganhos monetários, também pode ser entendida como um movimento social, articulação institucional, política pública e um grande campo de comunicação entre academia e sociedade.

que impediu que os/as trabalhadores/as da Ecosol pudessem desenvolver suas atividades, dado que estas dependem de encontros físicos - seja para produzir, trocar e/ou consumir -, desta forma, a exigência do isolamento social como principal medida de contenção da Covid-19 dificultou e/ou impediu a continuidade destes processos socioeconômicos.

Da mesma forma, o isolamento social também exigiu que as Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFES), organizações que “desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos EES, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa” (FBES, 2013, p.102), encontrassem outras formas de atuação, dado que estas também assumem práticas e metodologias que privilegiam interações face a face.

Visto isso, de que maneira a pandemia da Covid-19 modificou a atuação das EAFES junto aos EES? Este artigo teve por objetivo identificar as dificuldades vivenciadas e as ações realizadas, juntamente com os EES, por nove EAFES, do Estado do Paraná, que compõem o Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES) e/ou a Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná (RIU-PR), no enfrentamento às consequências da atual pandemia de Covid-19.

Para melhor organização deste trabalho, optou-se por dividi-lo da seguinte maneira: na primeira parte, realiza-se uma breve revisão de algumas abordagens teóricas sobre Ecosol, destacando sua trajetória, princípios e EAFES; na segunda, apresenta-se a metodologia de pesquisa; na terceira, discutem-se os resultados da pesquisa; e, na quarta, expõe-se as considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E PANDEMIA DE COVID-19

No Brasil a conceituação sobre a Ecosol é plural e pode ser considerada recente. De acordo com Gaiger (2013), o termo “economia solidária” ganhou expressão ao longo dos anos de 1990, conforme as iniciativas econômicas surgiram no país, destacando-se por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão.

Tais iniciativas desenvolveram-se em decorrência das altas taxas de desemprego e subemprego ocasionadas pela crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990, causada sobretudo, pela desindustrialização do país e, conseqüentemente, pela perda de milhões de postos de trabalho (SINGER, 2002). O autor também considera a Ecosol como uma resposta à crescente exclusão social produzido pelo neoliberalismo e, para ele

A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias (SINGER, 1998, p. 82).

Nota-se que, a Ecosol pode ser entendida como toda organização pautada em princípios de solidariedade e de autogestão, constituída e gerida por trabalhadores/as que dispõem dos meios de produção com intuito de gerar trabalho e renda, estabelecidos em associações, cooperativas, empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujos traços assemelham-se com os descritos (IASKIO, 2007).

Além de mostrar-se como uma reação da sociedade frente à falta de emprego, a Ecosol possui a vocação de constituir um “modo de produção alternativo ao capitalismo, e não meramente intersticial”, podendo ser entendida muito além de uma resposta à “incapacidade capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade”, mas sendo uma alternativa superior ao capitalista, proporcionando às pessoas que a adotam uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 90-114).

Apesar de se apresentar como uma alternativa ao capitalismo, a Ecosol está inserida em uma sociedade em que predominam os valores da competitividade e do individualismo (SINGER, 1998). Visto isso, a Ecosol enfrenta desafios de consolidação e sobrevivência, pois além de conviver com princípios e valores opostos aos seus, os EES inserem-se no mercado de maneira muito fragilizada, uma vez que enfrentam dificuldades, como o de se organizar de forma autônoma, sem se relacionar com um patrão; o de potencializar os EES, estimulando a formação de redes; o de compartilhar responsabilidades, sobretudo no campo dos financiamentos dos EES (GADOTTI, 2009, p. 104).

Por isso, Singer (2002, p. 123) defende a participação de governos² e universidades no auxílio dos EES, sobretudo na sua fase inicial, “dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários”, através do estímulo a EAFES.

² Tal linha de pensamento também pode ser vista em Schiochet (2020).

De acordo com Fórum Brasileiro de Economia Solidária³, as EAFES podem ser entendidas como organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio junto aos EES, como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa, estímulo a redes e cadeias produtivas, participação de fóruns e conselhos de Ecosol etc. (FBES, 2013, p. 102). Nesta perspectiva, Borba e Souza (2020) apontam que as EAFES, na criação e consolidação da Ecosol como um campo múltiplo de práticas, mostram-se de grande importância. Sorbille, Faé e Blumer (2018) apontam ainda que as EAFES estão envolvidas diretamente na ação de apoio ao desenvolvimento das iniciativas e EES, assim como, visam desenvolver as capacidades de sustentabilidade socioeconômica destes.

Dentre as organizações que atuam em tal perspectiva, destaca-se:

- Cáritas Brasileira - organização responsável pelo desenvolvimento dos Projetos Alternativos do CONESUL, foram estes projetos que iniciaram a Economia Popular e Solidária;
- Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária;
- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) - como espaços organizativos de disseminação da extensão universitária voltada para o tema da economia solidária, o que implica em amplo processo de capacitação, articulando a sociedade em diferentes níveis. As ITCP's possuem uma grande capilaridade nacional;
- Central Única dos Trabalhadores - com a Agência de Desenvolvimento Solidário;
- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil e Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em autogestão - ANTEAG que apoiaram as iniciativas de autogestão de trabalhadores em empresas falimentares no setor industrial e agroindustrial;
- Cooperativa de Crédito e Economia Solidária;
- Fundação UNITRABALHO - na pesquisa e fomento ao Comércio Justo;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - com a organização das cooperativas de produtores rurais em assentamentos que se organizavam para apoiar a comercialização dos assentamentos e ocupações;

³ “O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil”. Fonte: <<https://fbes.org.br/o-fbes/>>

- Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (FRANÇA, 2006; MORAES, 2011; SORBILLE, FAÉ E BLUMER, 2018; BORBA E SOUZA, 2020).

As EAFES, assim como os EES, utilizam a autogestão como princípio fundamental que depende de espaços favoráveis ao desenvolvimento de práticas coletivas, a partir da constituição de ambientes de formação e diálogo com a comunidade (FBES, 2013). A pandemia de Covid-19 e as exigências do isolamento social como principal medida de sua contenção, interditarão as possibilidades de encontro e comprometeram a continuidade desses processos (SCHIOCHET, 2020).

De acordo com o Painel Coronavírus, desenvolvido pelo Ministério da Saúde⁴, entre março de 2019 até o momento desta pesquisa, o Brasil contava com 20.877.864 de casos confirmados da doença e com 583.362 mortes, sendo o Estado do Paraná responsável por 1.466.759 casos e 37.721 mortes. Molina; Santos; Carvalho; Almeida; e Schiochet (2020) comentam que, além de afetar a saúde das pessoas, a pandemia também gera consequências relacionadas ao desemprego, precarização do trabalho e a fome, especialmente para as comunidades pobres.⁵

Desta forma, em um momento com tantas dificuldades, a atuação das EAFES se mostra fundamental, dado que são elas “eficientes em canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias” (GAIGER, 2013, p.3), a partir da mobilização de instrumentos pedagógicos e materiais que auxiliem as experiências populares a transitar de uma lógica de dominação para uma lógica de emancipação social e econômica

Schiochet (2020) aponta que, as consequências da pandemia suscitam questionamentos no campo da Ecosol no que tange o estabelecimento de práticas produtivas mais alinhadas à justiça social e acrescenta

A crise do coronavírus não coloca em xeque a economia solidária da mesma maneira como o faz com a economia dominante, suas ideologias reacionárias e políticas autoritárias. Ao contrário, ela reafirma a necessidade, a urgência e a oportunidade para a construção de um novo sistema econômico, ao qual a experiência recente da economia solidária tem muito a contribuir. (SCHIOCHET, 2020, p.2)

⁴ Painel desenvolvido para ser o veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da Covid-19 no Brasil. Os dados podem ser verificados em: <<https://covid.saude.gov.br>>.

⁵ Boaventura de Sousa Santos (2020), no livro *A Cruel Pedagogia do Vírus*, comenta que “qualquer quarentena é sempre discriminatória”, uma vez que é sentida de maneira diferente por diferentes grupos sociais, deixando as diferenças, injustiças e sofrimentos mais visíveis. Disponível em: <https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf>.

Esta pesquisa levantou os dados para a compreensão da atuação das EAFES do Paraná durante a pandemia de Covid-19 e, para isso, utilizou-se de um instrumento de aproximação, descrito na metodologia a seguir.

METODOLOGIA

A pesquisa seguiu uma abordagem quanti-qualitativa do problema, descritiva para os objetivos, com levantamento de dados (questionário) e análise de conteúdo destes. Richardson; Peres; Wanderley; Correia; e Peres (2012) apontam que a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma pesquisa que visa buscar entender a natureza de um fenômeno social, assim como, as características situacionais apresentadas pelas pessoas entrevistadas. O autor ainda salienta que, dentro da pesquisa social, pode haver um aporte do método quantitativo ao qualitativo no que tange a utilização de procedimentos técnicos, como, por exemplo, questionários, assim como na análise das informações, como, por exemplo, as técnicas estatísticas, podendo estas contribuir na verificação das informações e reinterpretação das observações.

Gil (2008, p.28) ressalta que, a partir dos objetivos, as pesquisas de cunho descritivo têm por finalidade “a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Enfatiza ainda que, algumas pesquisas descritivas, podem ir além da identificação da existência de relações entre variáveis, empenhando-se em determinar a natureza destas relações.

Participantes

Os respondentes desta pesquisa foram representantes (individuais e/ou coletivos) de 09 (nove) Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná que compõem o FPES e/ou a RIU-PR.

Instrumento

O questionário elaborado para a coleta de dados seguiu a estrutura de perguntas abertas e fechadas divididas em três seções. Estas tinham por finalidade a caracterização das EAFES; a identificação das dificuldades experienciadas pelas EAFES em decorrência da pandemia de Covid-19; e a identificação das dificuldades e das ações de enfrentamento

às consequências da pandemia de Covid-19 realizadas pelas EAFES em conjunto com os EES. A construção do questionário passou por três alterações até sua finalização.

Durante sua elaboração, foi realizado um pré-teste para avaliar a aplicabilidade do questionário, tal como a validação dos respondentes (pares), como apontado por Yin (2016). O pré-teste foi encaminhado para três avaliadores que possuem relação de pesquisa e trabalho com o tema explorado. Richardson (2012) aponta que, dentre os objetivos do pré-teste dos instrumentos de coleta estão a prevenção de possíveis vieses contidos nas questões, aquisição de novas informações por meio da discussão com os elementos entrevistados, acréscimo de novas questões ao instrumento e correção de possíveis falhas.

A escolha do uso de questionários para o levantamento de dados se deu pelo fato deste descrever características e medir determinadas variáveis individuais ou de um determinado grupo social (GIL, 2008; RICHARDSON et al, 2012).

Neste trabalho optou-se por levantamento de dados via questionários autoaplicáveis (ferramenta *Google Forms*), especialmente devido ao distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19.

Procedimento

O *link* do questionário mencionado foi encaminhado, por *e-mail*, para 12 (doze) EAFES do Estado do Paraná. Para se ter uma maior abrangência territorial, foram estabelecidos os seguintes critérios: a EAFES deveria estar ligada ao FPES ou a RIU-PR; e, que a EAFES deveria estar em alguma macrorregião do Estado do Paraná⁶, sendo Leste; Campos Gerais; Centro-Sul; Norte; Noroeste; Oeste.

Obteve-se o retorno de 09 (nove) EAFES, sendo estes, recebidos entre os dias 09/08/2021 e 27/08/2021. Assim, foram encontrados os resultados apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As EAFES respondentes possuem tempo de atuação - com a Ecosol - que variam de 6 meses a 24 anos. Essa discrepância entre os anos de atuação pode se dar por diferentes

⁶ Optou-se por utilizar a mesma divisão de macrorregiões adotada pelo monitoramento da Covid-19 do Ministério Público do Paraná. As macrorregiões podem ser verificadas no link: < www.saude.mppr.mp.br/arquivos/File/rs/macrorregionais.htm >.

razões, não examinadas neste trabalho. Com relação ao tempo de atuação, localização e quantidade de membros, as EAFES estão detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização das EAFES

EAFES	Atua com Ecosol desde:	Região/Município	Qt. de membros⁷
EAFES 1	2015	Leste/Curitiba	22
EAFES 2	1998	Noroeste/Maringá	8
EAFES 3	1999	Leste/Curitiba	13
EAFES 4	2010	Oeste/Foz do Iguaçu	9
EAFES 5	S/R ⁸	Noroeste/Umuarama	5
EAFES 6	2020	Noroeste/Tapira	1
EAFES 7	2015	Campos Gerais/Ponta Grossa	23
EAFES 8	1997	Norte/Londrina	10
EAFES 9	2021	Centro Sul/Guarapuava	8

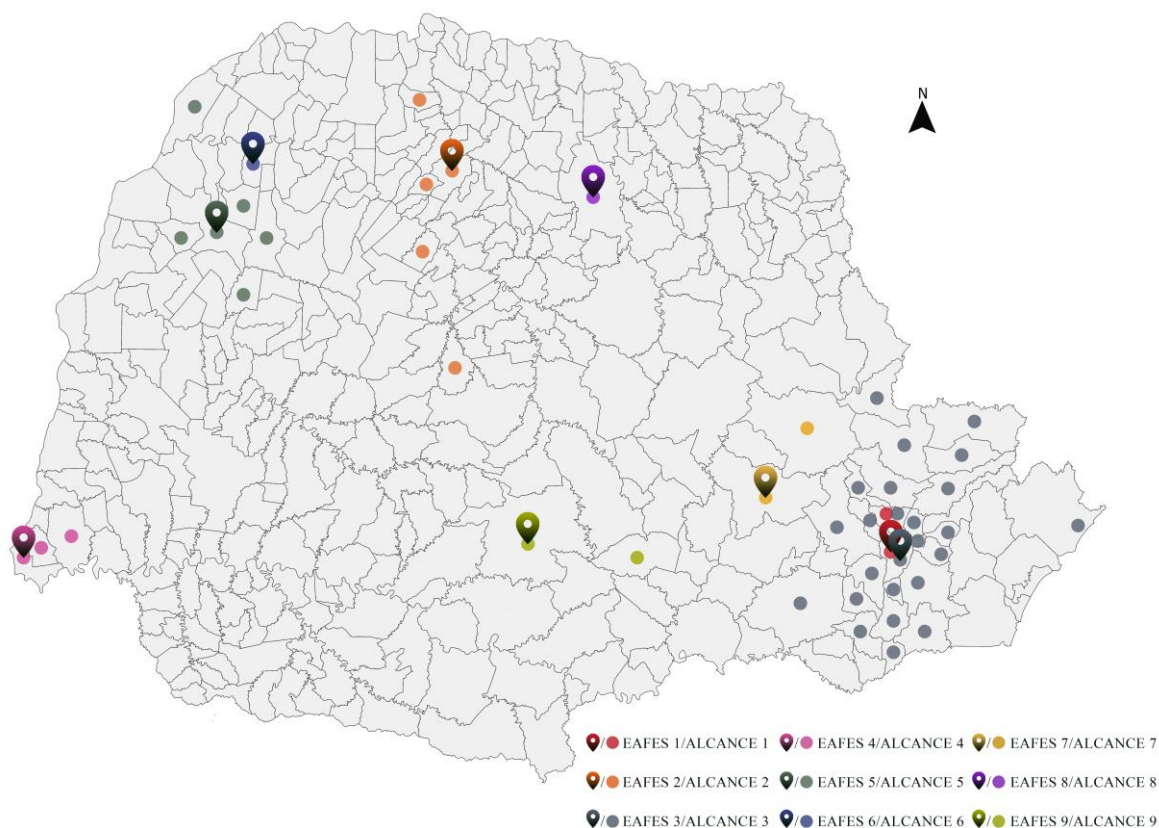
Fonte: autoria própria, 2021.

As EAFES consultadas estão inseridas em alguma instituição, sobretudo universidades públicas, distribuídas em todas as regiões do Paraná. A localização das EAFES e os respectivos municípios atendidos estão presentes na Figura 1.

⁷ A quantidade de membros apresentados refere-se especificamente ao período compreendido entre março de 2020 e agosto de 2021.

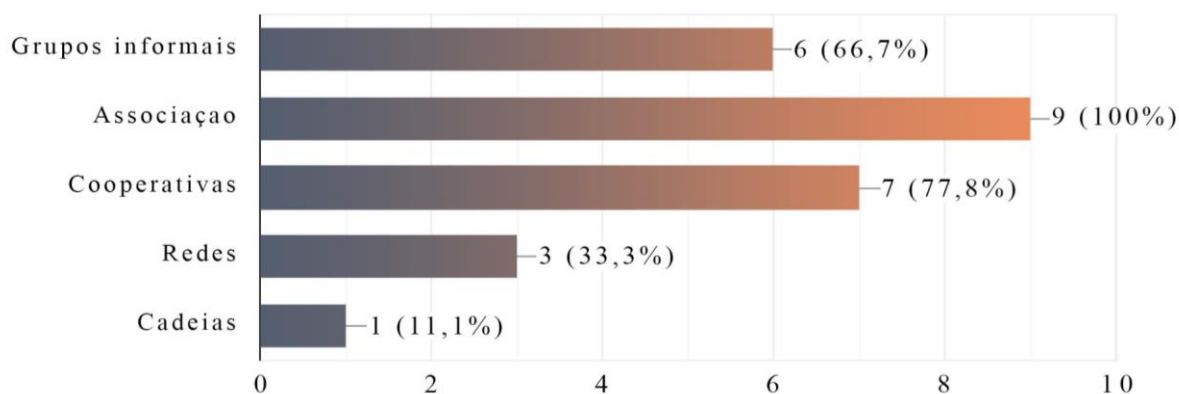
⁸ Sem resposta (S/R)

Figura 1 - Distribuição espacial das EAFES e respectivos municípios atendidos



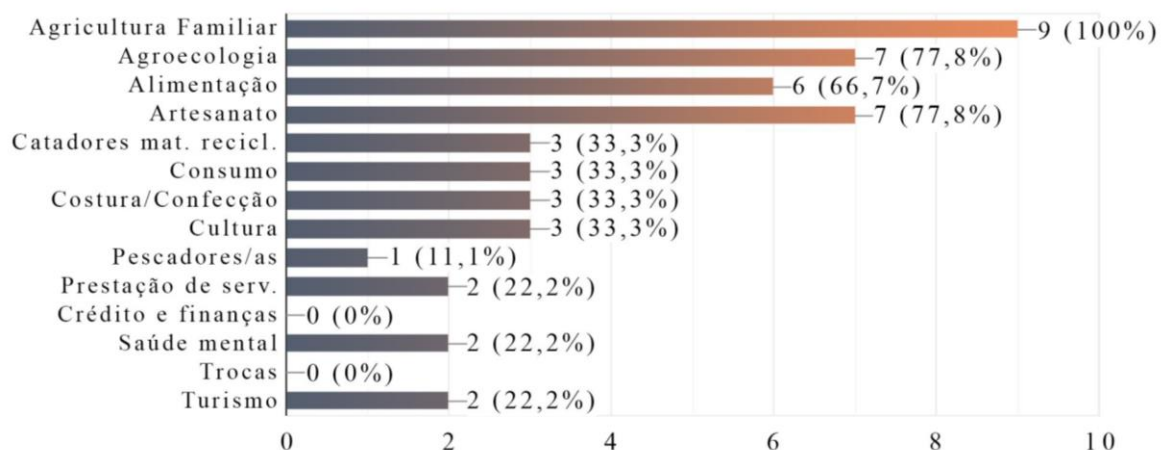
Fonte: autoria própria, 2021.

Ainda sobre a caracterização das EAFES respondentes, notou-se que 88,9% delas acompanham EES urbanos e rurais, organizados em grupos informais, associações, cooperativas, redes e cadeias produtivas, como pode ser observado no Gráfico 1. É possível observar que diferente das informações fornecidas pela SENAES (2013), que descreviam os EES majoritariamente organizados em grupos informais e associações - respectivamente 39,78% e 43,38%, as EAFES pesquisadas acompanham um número significativo de associações e cooperativas.

Gráfico 1 - Forma de organização dos grupos acompanhados pela EAFES

Fonte: autoria própria, 2021.

O expressivo número de associações e cooperativas acompanhadas pelas EAFES pode estar relacionada às atividades econômicas exercidas pelos EES. De acordo com Gaiger (2013), em 2007 o primeiro Mapeamento Nacional da Ecosol registrou 2.111 cooperativas, que exerciam - principalmente - atividades relacionadas à agricultura e à pecuária. Dessa maneira, é possível associar as informações do gráfico anterior com o Gráfico 2, que apresenta um considerável número de EES da agricultura familiar.

Gráfico 2 - Atividade econômica dos EES acompanhados pela EAFES

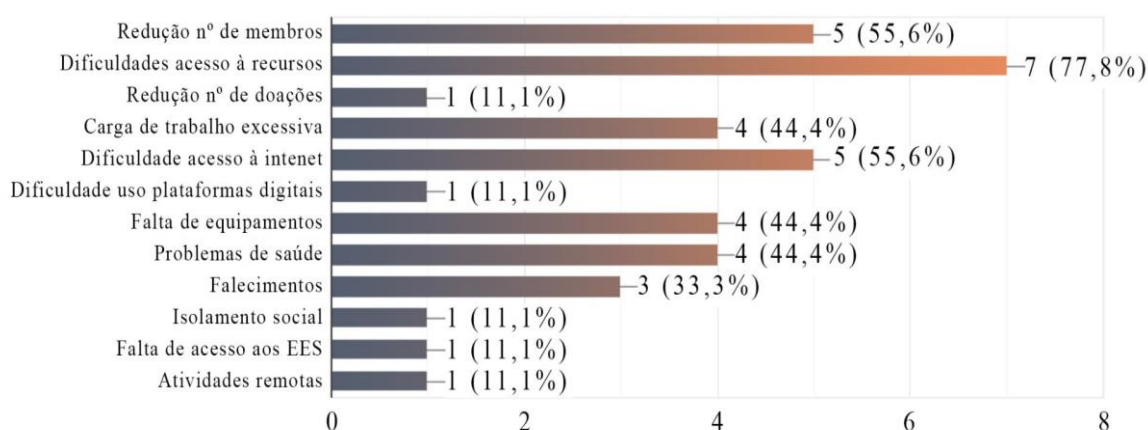
Fonte: autoria própria, 2021.

Destaca-se que 44% das EAFES respondentes atuam com comunidades originárias/tradicionais, sendo caiçaras, indígenas, ribeirinhos e pescadores. Além disso,

37,5% das EAFES realizam trabalhos com pessoas migrantes de nacionalidade haitiana, indiana e venezuelana.

É importante notar que somente 11,1% das EAFES possuem recursos financeiros próprios para a efetuar seus trabalhos, as demais precisam buscar recursos externos à instituição pertencente. Esta foi uma das dificuldades agravadas pela pandemia de Covid-19, outras como a redução do número de membros da EAFES e as dificuldades de acesso à internet podem ser observadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Dificuldades enfrentadas pelas EAFES com relação à pandemia



Fonte: autoria própria, 2021.

Além das dificuldades expostas em gráfico, as EAFES apresentaram outras adversidades decorrentes da pandemia de Covid-19, como por exemplo a ausência de convivência entre os membros das EAFES e problemas relacionados à dimensão psicológica (medo, depressão, luto, etc.). Os dados sobre as EAFES assemelham-se com os identificados por Molina *et al.* (2020) sobre os EES, que demonstravam que os/as trabalhadores/as da Ecosol encontravam-se amedrontados/as e/ou inseguros, seja pela ausência de informações sobre a Covid-19, pela ameaça econômica e/ou pelo luto da pandemia está vitimando pessoas próximas a eles/as.

A partir das perguntas abertas, buscou-se identificar - na atuação das EAFES junto aos EES - as dificuldades ocasionadas e/ou agravadas pela pandemia em 8 áreas, sendo elas: incubação, formação, produção, comercialização, políticas públicas de Ecosol, formalização, logística e captação de recursos, entre o período de março de 2020 e agosto de 2021.

A seguir, serão apresentadas as respostas com maior incidência entre os respondentes, respeitando as prioridades temáticas do 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019⁹ do Conselho Nacional de Ecosol (2015), uma vez que tais prioridades são amplamente difundidas e seguidas pelo movimento de Ecosol, sendo elas: Eixo 1 - produção, comercialização e consumo; Eixo 2 - financiamento, crédito e finanças solidárias; Eixo 3 - educação e autogestão; Eixo 4 - ambiente institucional.

Quadro 2 - Dificuldades enfrentadas e ações realizadas durante a pandemia de Covid-19 quanto à produção, comercialização e consumo

	Dificuldades	Ações
Produção	Distanciamento Social	Incentivo à produção, mesmo que individual, (contrariando os princípios da Ecosol, que defende a produção coletiva e cooperada)
	Redução da produção (relacionada à redução dos espaços de comercialização).	
Comercialização	Suspensão das feiras e outros espaços de comercialização	Estímulo a divulgação online
		Comercialização online
Logística	As EAFES não atuam na área, porém reconhecem a demanda	

Fonte: autoria própria, 2021.

No que tange a produção e comercialização, as maiores dificuldades se deram em consequência das medidas de distanciamento social. A suspensão das feiras e o fechamento dos pontos fixos de comercialização trouxeram, como consequência, a redução da produção como apontado pela EAFES 1: “Os EES rurais não relataram dificuldades, no entanto, os EES urbanos, sobretudo de artesanato e saúde mental reduziram a produção, principalmente devido à imposição do distanciamento social durante a pandemia”. Com as dificuldades do trabalho coletivo, as EAFES apontaram que houve o incentivo à produção individual, mesmo está não sendo uma prática da Ecosol. Os dados corroboram com a pesquisa realizada por Molina *et al.* (2020 p.180) em que os autores apontaram que “com o trabalho coletivo dificultado, foi constatado que algumas mulheres recorrem a alternativas de produção e venda individualizadas.” Em relação às ações de comercialização, em geral, houve um estímulo à divulgação e comercialização online.

⁹ “Um plano nacional é um instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise do contexto e de uma visão de futuro, a partir dos quais são definidos objetivos, estratégias e linhas de ação (prioridades) para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações”. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>.

É importante notar que os EES foram afetados de formas diferentes, enquanto o segmento dos EES urbanos passou pelo descrito acima, os EES rurais principalmente os ligados ao segmento da agricultura familiar, agroecologia, redes de consumo de produtos orgânicos, entre outros, foram afetados positivamente, como ilustrado pela EAFES 1:

“Os EES rurais não registaram grandes dificuldades na comercialização, haja vista que trabalham com alimentos e estes continuaram a comercialização, se não presencialmente, por meio de canais digitais. Já os EES urbanos (artesanato) tinham nas feiras o principal canal de comercialização que, uma vez suspensa, afetou diretamente a renda”.

As EAFES respondentes apontaram que houve um aumento do consumo dos produtos alimentícios e das vendas via aplicativos de comunicação com entrega em domicílio, reforçando os estudos de Silva e Amedi (2020). Por último, no que corresponde a logística, todas as EAFES não desenvolveram ações na área, porém, algumas identificaram a demanda de se trabalhar a temática.

O Quadro 3 apresenta as dificuldades e as ações realizadas na área de captação de recursos. Cabe ressaltar que se trata de recursos para os EES (aquisição de equipamentos, capacitação dos/as trabalhadores/as, etc.) e/ou para viabilizar o trabalho das EAFES.

Quadro 3 - Dificuldades enfrentadas e ações realizadas durante a pandemia de Covid-19 quanto ao financiamento: crédito, finanças solidárias, captação de recursos

Captação de recursos	Dificuldades	Ações
	Redução do número de editais de fomento à Ecosol	Apoio e assessoramento na busca e elaboração de projetos para a captação de recursos

Fonte: autoria própria, 2021.

Quanto à captação de recursos, as EAFES em quase totalidade de respondentes, apontaram como dificuldade a redução, quando não ausência total de editais. Para as EAFES, principalmente as ITCPs, o investimento na política pública de Ecosol via editais, pode garantir a subsistência da incubadora e consequentemente as ações junto aos EES, grupos e redes. Entretanto, enquanto ação, as EAFES apontaram assessorar os EES na busca de captação de recursos, assim como a elaboração de projetos para a participação em editais voltados diretamente para o fomento dos EES, grupos e redes, como apontado a EAFES 3: “Orientação sobre a busca de oportunidades, pesquisa virtuais de editais e chamadas, cadastro em plataformas, entre outros”.

O Quadro 4, retrata as dificuldades e as ações realizadas quanto à formação e autogestão.

Quadro 4 - Dificuldades enfrentadas e ações realizadas durante a pandemia de Covid-19 quanto à formação e autogestão

	Dificuldades	Ações
Incubação	Distanciamento Social	Trabalho remoto - reuniões, formações, assessoramento, campanhas de comercialização
	Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs)	
Formação	Atividades Remotas	Retomada das atividades presenciais seguindo os protocolos
	Ferramentas on-line e não acesso à internet	Incentivo a participação e formação online
	Não utilização de metodologias compatíveis com a Ecosol	

Fonte: autoria própria, 2021.

No que se refere a incubação e formação, as EAFES respondentes, apontaram além do distanciamento social, as dificuldades dos membros dos EES com a tecnologia, a indisponibilidade de internet, com as atividades remotas e a impossibilidade da utilização metodologias e práticas próprias das atividades da Ecosol, como indicado pela EAFES 8:

“Impedimento de realização de atividades (visitas, reuniões com prefeitura, formações); interrupção de atividades de geração de trabalho e renda, ausência de convivência presencial, menor participação dos trabalhadores devido a problemas técnicos, interrupção do uso de espaços públicos por parte dos EES”.

Entretanto, o trabalho remoto para o acompanhamento dos EES foi apontado como um dos meios de assessoria, assim como, o incentivo para a participação de formações, cursos e *lives* com a temática da Ecosol e do uso das TICs. Tais ações reforçam as afirmações de Molina *et al.* (2020) em que, neste período de pandemia, muitos trabalhadores/as dos EES, incentivados pelas ITCPs, buscaram informações sobre o uso de ferramentas digitais de comunicação, cursos sobre a Ecosol, os impactos da pandemia etc.

O Quadro 5, apresenta as ações e dificuldades realizadas quanto ao ambiente institucional.

Quadro 5 - Dificuldades enfrentadas e ações realizadas durante a pandemia de Covid-19 quanto ao ambiente institucional

	Dificuldades	Ações
Política Pública de EcoSol	Falta de conhecimento e interesse da administração pública em reconhecer a Ecosol como uma possibilidade nas adversidades	Participar de Conselhos e Fóruns (âmbito municipal e estadual)
Formalização	Falta de conhecimento e informação	Formação na área - interna para a EAFES e externa para os EES

Fonte: autoria própria, 2021.

Quanto ao ambiente institucional, é possível observar que a falta de conhecimento e interesse da administração pública em reconhecer a Ecosol como uma possibilidade nas adversidades, como ilustrado pela EAFES 9: “Estamos em processo de articulação e consolidação, mas sentimos desconhecimento por parte de muitos gestores do que é a Economia Solidária bem como cooperativas/associações”. Os dados indicam também que há, por parte das EAFES respondentes, uma falta de conhecimento dos processos de formalização dos EES. Tal dificuldade com a temática da formalização pode ser preocupante, uma vez que, segundo o FBES (2013), uma das atividades desenvolvidas pelas EAFES, é a assessoria nos processos de formalização. Porém, as entidades respondentes apontaram como ação a busca de formação interna na temática.

Em relação à Política Pública de Ecosol, os dados coletados apontam a ausência de investimentos na área¹⁰. Enquanto ações, pode ser observada a participação das EAFES nos mecanismos de controle social, em especial os Fóruns e Conselhos Municipais de Ecosol, bem como, o Fórum Paranaense de Ecosol, mecanismos importantes neste período de pandemia, uma vez que, como apontado, não há interesse da administração pública em reconhecer na Ecosol uma possibilidade diante das adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19, causou e ainda causa, a maior crise sanitária da humanidade das últimas décadas. No Brasil, para além de uma ameaça à saúde individual e coletiva, a pandemia evidenciou outras crises nas áreas da economia, política, social e ambiental, desafiando a capacidade dos países em apresentarem respostas rápidas e adequadas em defesa da vida e na garantia de direitos.

Tal situação tem provocado reflexões acerca do modelo socioeconômico atual. Seria ele capaz de superar as adversidades apontadas? Molina *et al.* (2020) aponta que a pandemia do novo coronavírus coloca em xeque a economia vigente, suas ideologias e políticas autoritárias, reafirmando assim, a urgência de uma nova racionalidade econômica. Neste quesito, a Ecosol, a partir de suas práticas e princípios, teria muito a contribuir.

Entretanto, a extensão e alcance da crise do novo coronavírus atingiu e ainda atinge todas as estruturas sociais. Na Ecosol, para além da redução da produção e comercialização dos EES, o que afetou financeiramente os/as trabalhadores/as, houve também impactos na

¹⁰ Desde 2016, a Política Pública Nacional de Ecosol vem passando por um processo de desmonte. Saiba mais: CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A. (2021).

saúde mental. Schiochet (2020) aponta que as exigências do isolamento social, como principal medida de contenção da Covid-19, interditaram as possibilidades de encontros, trocas, produção coletiva, assim como foi apresentado pelas EAFES pesquisadas.

Nesse contexto, as EAFES podem contribuir, em diversas frentes, no enfrentamento de tais desafios. Seja via ITCPs, na capacidade de pesquisa, incubação e extensão, seja via Organizações da Sociedade Civil no atendimento das demandas emergentes nos territórios em que se encontram.

Neste trabalho foi possível observar que as 09 EAFES analisadas enfrentam/enfrentaram dificuldades ocasionadas pela pandemia de Covid-19, na atuação junto aos EES. Em quase todas as áreas analisadas - expostas na metodologia e análise dos dados - houve considerações relacionadas ao uso de TICs e limitações relacionadas ao acesso à internet, podendo ser consideradas pautas relevantes para o futuro da Ecosol. Além disso, as EAFES pesquisadas, em quase totalidade, não atuaram com processos de formalização dos grupos e nem com logística, sendo este um dado preocupante, uma vez que trata-se de processos fundamentais para o fortalecimento e viabilidades dos EES, como apontado por CNES (2015).

Como as dificuldades e ações relatadas pelas EAFES encontram-se dentro do contexto pandêmico, é necessário que as investigações posteriores busquem, de forma mais aprofundada, as práticas, metodologias de intervenção, resultados alcançados, limites e potencialidades das EAFES, antes, durante e após a pandemia de Covid-19, de modo a subsidiar novas compreensões na relação entre Ecosol e a superação das crises.

Posto isto, assim como foi com a crise social da década de 1980/90 no Brasil. O acúmulo das experiências recentes e dos conhecimentos construídos coletivamente, deste tempo histórico, reafirmam a Ecosol¹¹, a partir de seus atores sociais e princípios, como um modelo possível das relações sócio-político-econômica-ambiental para a superação das crises.

¹¹ E os outros modelos de economia contra hegemônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, T. S.; SOUZA, I. H. S. Entidade de Apoio e Fomento: a atuação das universidades na economia solidária. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL ONLINE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS. 1º., Serrinha. **Anais**. Serrinha, IF Baiano, 2020. p. 138-146. Disponível em: <<http://revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/30>>. Acesso em 21. ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**. Brasília, 2015. 44p. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>. Acesso em: 20. ago. 2021.

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A. A Economia Solidária na Agenda Governamental no Brasil, Argentina e Uruguay: Uma Análise do Período Recente. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 6, n. 1, p. 18-39, 2021. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/63328/a-economia-solidaria-na-agenda-governamental-no-brasil--argentina-e-uruguay--uma-analise-do-periodo-recente>>. Acesso em 01. set. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES (Brasil). **Relatório Final: V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Luziânia, Goiás, 2013. Disponível: <<https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, G. C.; MAGNEN, J. L.; MEDEIROS J. P. **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRONZA, C. S.; SCHIOCHET, V.; LACERDA, M. R. F.; RODA, J. Comitê Solidariedade: Redes de Economia Solidária como alternativa à crise do COVID-19. In: PINHO, L.; SILVA, J. H. M.; SENA, A. **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social econômica e sanitária da Covid-19 no Brasil**. Santo André: Coopecesso, 2020. 104 p. Disponível em: <<http://portal.unisolbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/MIOLO-UNISOL-BRASIL-1-3.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2021.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógicas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. 135p.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GALVÃO, M. N. Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho. In: DAL RI, N. M. **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 115-132.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008, 220p., 6. ed. ISBN 978-85-224-5142-5

IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária? In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: Proec, 2007. 248 p.

MANCE, E. A. Redes de economia solidária. In: CADERNOS DA FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - **Economia Solidária**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003, p. 71-82. Disponível em: <<http://edital.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM5-VersaoCompleta.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MOLINA, W. S. L.; SANTOS, A. M.; CARVALHO, A. M. R; ALMEIDA, N. M. C; SCHIOCHET, V. **A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID - 19: trajetória, crise e resistência nos territórios**. Outra Economia, v.13, n.24, p.170-189. 2020. Disponível em: <<https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914/9547>>. Acesso em: 25. ago. 2021.

MORAES, D. G. S. V. M. **Políticas públicas municipais, trabalho e empreendimentos solidários na coleta seletiva: o caso da Cooperativa Acácia em Araraquara (SP)**. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3660>>. Acesso em 16. ago. 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>>. Acesso em 05. mai. 2021.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012. 334p., 3. ed. - 14. reimpr. ISBN 978-85-224-2111-4.

SILVA, J. H. M.; AMEDI, M. Ações em rede: orgânicos solidários para a cooperação e enfrentamento à pandemia. In: PINHO, L.; SILVA, J. H. M.; SENA, A. **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social econômica e sanitária da Covid-19 no Brasil**. Santo André: Coopecesso, 2020. 104 p. Disponível em: <<http://portal.unisolbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/MIOLO-UNISOL-BRASIL-1-3.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante - Repensando o socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORBILLE, R. N.; FAÉ, S. I.; BLUMER, V. **Concepções e Diretrizes de Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília. 2018. 68 p. Disponível em: <www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Frededegestores-cartilha-02.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SCHIOCHET, V. **A construção de uma economia solidária para superar a crise**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.fes.de/detalhe/a-construcao-de-uma-economia-solidaria-para-superar-a-crise>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

TAVARES, A. S. **Pobreza, Exclusão Social e Desenvolvimento Social: o Caso do Programa Rede Social em Almada**. 2013. 103 f. Tese (Doutorado) - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8358/1/Tese-ArlindoT.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

VASCONCELOS, T. A. C. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In. ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007. 303p.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016, 313P. ISBN 9788584290833.